

Diploma: **DL 147/2003, de 11 de Julho**

Artigo:

Assunto: Bens em circulação. Amostras

Processo: F254 2005021 com despacho concordante do Subdirector-Geral dos Impostos, e Director-Geral dos Impostos, em 26/05/2006.

Conteúdo:

1. A exponente tem como actividade principal a compra e venda de material de climatização e transporta usualmente material para amostra aos clientes.
2. Refere o sujeito passivo que, para acompanhar o referido material (amostras), procede à emissão de "carta de carga" que é substituída sempre que haja deterioração do material.
3. Solicita esclarecimento relativamente ao prazo dos referidos documentos, bem como os procedimentos a adoptar.
4. O Regime de Bens em Circulação, aprovado pelo Decreto-Lei 147/2003, de 11/07, estabelece os documentos de transporte que devem acompanhar os bens em circulação.
5. Nos termos do art. 1º do citado regime, "*Todos os bens em circulação, em território nacional, natureza ou espécie, que sejam objecto de operações realizadas por sujeitos passivos de imposto de consumo, acrescentado deverão ser acompanhados de documentos de transporte*" entendendo-se como documentos de remessa, nota de venda a dinheiro, nota de devolução, guia de transporte ou documentos equivalentes, n.º 1, art. 2º.
6. Os documentos de transporte devem ser processados de harmonia com os elementos elencados nos artigos 6º e 8º do citado diploma.
7. A obrigatoriedade do processamento do documento de transporte não está condicionada à natureza dos bens, bastando apenas que esses bens se encontrem fora dos locais de produção, fabrico, exposição..., etc..., por motivo de transmissão onerosa, incluindo a troca, de transmissão gratuita, de afectação a uso próprio, de entrega à experiência ou para fins de demonstração, ou de prestação de serviços, de remessa à consignação ou de simples transferência – alínea a) n.º 2 do art. 1º do citado regime.
8. Por sua vez, determina o n.º 1 do art. 6º do citado Regime que os documentos de transporte devem ser processados pelos sujeitos passivos referidos na alínea a) do n.º 1 do art. 2º do Código do IVA dos bens, antes do início da sua circulação.
9. No entanto, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art. 3º do referido Decreto-Lei, estão excluídas "*as amostras destinadas a ofertas de pequena quantidade, em conformidade com os usos comerciais e que, inequivocamente, não se destinam a serem comercializadas*".
10. As amostras deverão ser entendidas, de acordo com o disposto no ponto 1 da circular n.º 1/2006, como bens comercializados e/ou produzidos pela própria empresa, mas de forma diferente do produto que se pretende "mostrar" ou apresentado, em quantidade, capacidade substancialmente inferiores aos que constituem as unidades de venda, e que, por esse facto, não são comercializadas.
11. Da exposição do sujeito passivo, verifica-se que os bens em circulação não estão abrangidos pelo conceito de amostras, definido na referida circular, pelo que os mesmos deverão ser acompanhados de documento de transporte válido e que obedeça aos requisitos já referidos.
12. Quanto à validade do documento de transporte, não existe em termos legais qualquer limitação do início do transporte e o seu fim, conforme ofício-circulado n.º 91919, de 21/10/87, dos Serviços de Controle.